

LEI Nº 3.280, DE 14 DE OUTUBRO DE 2013.

(Revogada pela Lei nº 3.504/2018)

**~~DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE
CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR
AO ORÇAMENTO VIGENTE DO
MUNICÍPIO DE ALEGRE.~~**

~~O PREFEITO MUNICIPAL DE ALEGRE, Estado do Espírito Santo, faz saber que a Câmara Municipal de Alegre, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:~~

~~**Art. 1º** – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar ao orçamento do Município de Alegre, para o exercício de 2013, de acordo com o disposto no Art. 40, 41, 42 e 43 da Lei Federal 4.320 de 17 de Março de 1964, no valor de até R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais) através da seguinte dotação:~~

~~1 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS:~~

0006	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	
006001	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	
006001.04	Administração	
006001.04122	Serviços Urbanos	
006001.041220001	Modernização e Estruturação dos órgãos municipais da prefeitura	
006001.041220001.1.010	Aquisição de Móveis, Equipamentos e Veículos para a SEMAGMA	
006001.041220001.1.010.449052000	Equipamentos e Material Permanente	9.500,00

~~**Art. 2º** – Serão utilizados como fonte de recursos para fazer face a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º desta lei o excesso de arrecadação com a receita proveniente do Convênio firmados entre o Município de Alegre a PCFI São Simão (Compensação Ambiental da PCFI São Simão), conforme Parecer Consulta TCEES 028/2004, conforme disposto:~~

~~1 – Recursos do Convênio – n.º 001/2010 no valor de 9.500,00 (Nove mil e quinhentos reais), firmado entre o município de Alegre e PCFI São Simão visando compensação ambiental da licença de instalação do Município de Alegre-ES.~~

~~**Art. 3º** – O objeto do convênio mencionado nesta lei refere-se a compensação ambiental da licença de instalação do Município de Alegre-ES.~~

~~**Art. 4º** – Fica dispensada a apresentação de impacto orçamentário e financeiro que se refere o § 5º, do art. 17, da Lei Complementar nº: 101/2000, por se tratar de despesa custeada com recursos específicos do convênio e de dotações consignadas no orçamento.~~

~~**Art. 5º** – Revogam-se as disposições em contrário, entrando a presente Lei em vigor na data de sua publicação.~~

~~Alegre (ES), 14 de outubro de 2013.~~

PAULO LEMOS BARBOSA

Prefeito Municipal